

## Proposta de reforma tributária domina debates no Plenário

**1** Tasso, Agripino e ACM apontam distorções

**2** Crivella pede que Congresso faça justiça ao Rio

**3** Tirar dinheiro da União não resolve crise, diz Mercadante

Páginas 6 e 7



**ENTENDIMENTOS** Tião Viana (com José Sarney) diz ter ouvido "muitos argumentos favoráveis" à mudança no sistema de subtetos salariais para os estados

### PREVIDÊNCIA

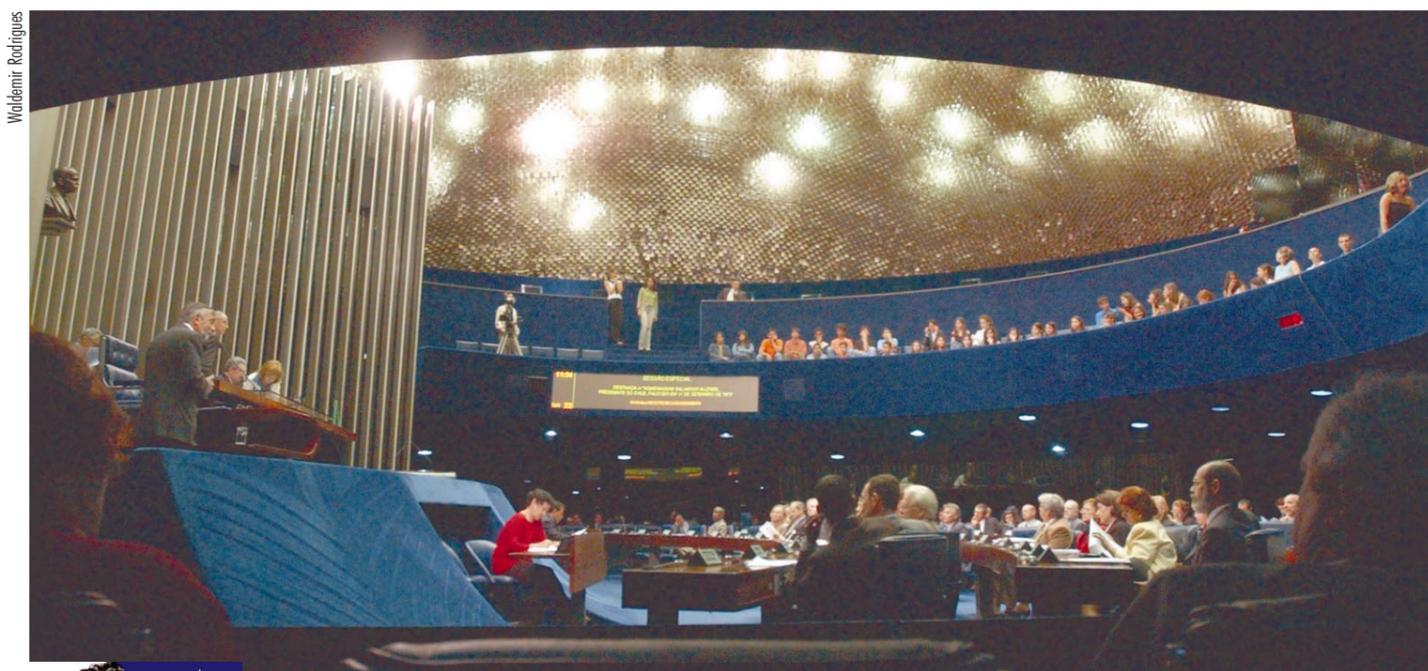
#### Tião Viana vai apresentar relatório dia 17

Relator da proposta de reforma da Previdência, Tião Viana, pretende apresentar seu parecer à CCJ na quarta-feira, dia 17. Ele está examinando as 234 emendas oferecidas pelos senadores.

#### Virgílio prevê obstáculos à votação

Em protesto contra o rumo dado à reforma tributária, Arthur Virgílio anuncia que PSDB, PFL e PDT vão criar obstáculos à tramitação no Senado da proposta de reforma da Previdência.

Página 8



#### Aprovados nomes de dois embaixadores

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem as indicações de João Carlos de Souza-Gomes para a embaixada do Brasil na Venezuela e de Marco César Meira Naslausky para a representação na Dinamarca.

Página 5



#### Sessão especial homenageia Allende

Derrubado há 30 anos por um golpe militar, o presidente chileno Salvador Allende foi lembrado ontem em pronunciamentos que exaltaram sua luta pela liberdade e democracia

Páginas 4 e 5



**PROTESTO** Líder indígena condena política do governo, diz Mozarildo Cavalcanti

## Mozarildo: índio se livra da tutela da Funai

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comunicou ontem ao Plenário decisão da Justiça Federal em Roraima que determinou a exclusão do líder indígena Alfredo Bernardo Pereira da Silva do regime de tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai). A sentença é inédita, conforme o parlamentar, e foi proferida pelo juiz Helder Girão Barreto, pondo termo a uma pendência de seis anos e estabelecendo "uma singular interpretação das normas constitucionais pertinentes à questão".

Segundo o senador, o juiz considerou que Alfredo Bernardo Pereira da Silva, estudante universitário, é pessoa capacitada a exercer os atos da vida civil. Conforme depoimento para a *Folha de Boa Vista*, sua luta foi uma "forma de protesto contra a política indigenista" patrocinada pela Funai.

Mozarildo salientou que o índio disse querer servir de exemplo para seu povo, ao qual dirige a opinião de que "a tutela deve ser uma opção dos indígenas, sendo permitido, para aqueles que não a aceitam, buscar livrar-se dela".

# Maciel propõe ampliar o Conselho da República

■ Senador sugere a participação do Judiciário, dos governadores e da sociedade civil

O senador Marco Maciel (PFL-PE) sugeriu, em discurso sobre o sistema federativo, que o Conselho da República tenha também representantes do Judiciário e dos governadores, e não apenas do Executivo e do Legislativo, além de representantes da sociedade. Com isso, o colegiado poderia encontrar soluções para os problemas da Federação, e não só para as questões do Estado.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**PROPOSTA** Colegiado poderia buscar soluções para problemas da Federação, defende Maciel

Maciel disse que aumentou muito a interferência da União em matérias que não são típicas da competência federal. Isso tem gerado conflitos na

área penal, dada a progressiva tipificação de crimes de competência federal. O senador lembrou as dificuldades relativas ao cumprimento da pena de delinquentes como Fernando Beira-Mar que alguns estados se recusaram a receber o criminoso.

Para o parlamentar, é preciso ponderar não só sobre os problemas da forma de governo, mas também sobre os que dizem respeito à forma do Estado.

– Confesso que quanto mais penso nos desafios de governo, que são transitórios, mais me preocupo com os de Estado, que são permanentes – afirmou Marco Maciel.



**HOMENAGEM** Para Maguito, goianos reverenciam idealismo e trajetória do ex-presidente

## Jataí inaugura Memorial JK, destaca Maguito

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) informou que a Prefeitura Municipal de Jataí (GO) inaugura hoje o Memorial JK, em homenagem ao ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, que estaria completando 101 anos. Jataí foi a cidade onde o então candidato Juscelino firmou o compromisso de mudar a capital do país para Brasília, em seu primeiro comício na campanha presidencial de 1955. Os senadores pelo Distrito Federal Valmir Amaral (PMDB), Paulo Octávio (PFL) e Eurípedes Camargo (PT) confirmaram presença na solenidade.

– Juscelino Kubitschek veio para ensinar ao Brasil que política não se faz com rancor ou ódio, mas com idealismo, desprendimento e espírito público – salientou Maguito, que elogiou o prefeito de Jataí, Humberto Machado, pela iniciativa da homenagem.

### Merecimento

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lamentou que no centenário de Juscelino, no ano passado, as homenagens feitas não corresponderam à importância do ex-presidente. Já Hélio Costa (PMDB-MG) registrou que JK foi um homem que inovou, gerou empregos em massa e proporcionou uma verdadeira revolução industrial no Brasil.

Para o senador José Sarney (PMDB-AP), as homenagens que o país prestar a Juscelino não conseguirão traduzir a gratidão que a população tem com o ex-presidente. Por sua vez, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) disse que o gesto da inauguração do memorial em Jataí representa o carinho dos goianos com JK. Ney Suassuna (PMDB-PB) assinalou que se tornou amigo do ex-presidente e que guarda duas cartas que recebeu dele.

## Agenda

### Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, e a de segunda-feira, às 14h30, são dedicadas a comunicados da Mesa e a pronunciamentos de parlamentares, sem votação de matérias. O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) é o primeiro inscrito para subir à tribuna. Os trabalhos do Plenário são transmitidos ao vivo pela TV e Rádio Senado.

### Entrada franca no *Cultura ao Meio-Dia*

O filme *Recém-Casados* será exibido hoje, às 12h, pelo programa *Cultura ao Meio-Dia*, no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca. No elenco da produção

norte-americana estão os atores Ashton Kutcher e Brittany Murphy. A direção é de Shawn Levy e o filme tem 95 minutos de duração.



### Terceiro Setor na TV Senado

A TV Senado exibe hoje, às 20h30, no programa *Cidadania*, debate sobre o Terceiro Setor, com Bernardete Ferreira, coordenadora da Casa da Mulher Oito de Março (TO), e Rosani Nicodemos, do Movimento de Mulheres Agricultoras (SC).

### A Voz do Cidadão

O serviço *A Voz do Cidadão*, da Subsecretaria de Relações Públicas do Senado, recebe ligações da população no telefone 0800-612211, durante 24 horas. Pelo serviço é possível fazer sugestões, enviar comentários e obter informações.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

### Agência Senado

**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Nelson Oliveira (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**MOVIMENTO** José Jorge aplaude iniciativa de Cristovam de sugerir passeata de estudantes

## José Jorge pede mais verbas para educação

O senador José Jorge (PFL-PE) defendeu ontem a destinação de mais verbas orçamentárias para a educação. Ele disse que é impossível alcançar uma educação de qualidade sem reservar, no Orçamento da União, recursos substanciais para o setor, o que não aconteceu na proposta para 2004.

José Jorge aplaudiu a iniciativa do ministro da Educação, Cristovam Buarque, de congregar estudantes a fazerem passeata até o Congresso para pedir mais verbas para o ensino. Em relação a 2003, admitiu, nada mais é possível fazer.

Para José Jorge, uma das prioridades deve ser a ampliação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), por abranger duas prioridades da educação, aluno e professor. Ele conclamou os senadores a também participarem do movimento sugerido por Cristovam Buarque.

## Plenário aprova 2004 como Ano do Educador

O Senado enviou à Câmara dos Deputados ontem projeto que institui 2004 como O Ano do Educador e da Valorização Profissional do Professor. Trata-se de um substitutivo da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) ao projeto de lei da Câmara (PLC nº 101/2002) que previa a homenagem para o ano de 2002. Em seu parecer, Ideli alterou a proposta, atualizando a data.

Na quarta-feira, o presidente do Senado, José Sarney, havia considerado prejudicada a votação do projeto, por perda de oportunidade. O substitutivo oferecido por Ideli e votado em turno suplementar corrigiu o problema.

# Estatuto do Desarmamento está ameaçado, diz Renan

Senador atribui a *lobby* da indústria de armas alterações propostas na Comissão de Segurança da Câmara

O Estatuto do Desarmamento corre o risco de ser desfigurado na Câmara dos Deputados por força do *lobby* das indústrias de armas e munições, denunciou ontem o líder do PMDB, Renan Calheiros (AL). Ele lembrou que o estatuto foi aprovado pelo Senado em 24 de julho deste ano e enviado à Câmara após acordo de lideranças das duas Casas. Agora, o senador disse esperar do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, a manutenção do acordo de não haver distorções da proposta original.

– Se o Congresso Nacional ceder às pressões, esse elenco de propostas que podem salvar



**RETROCESSO** Renan critica mudanças que, segundo ele, dificultam controle de armas

vidas e reduzir a banalização das armas corre o risco de ficar prejudicado – afirmou.

De acordo com Renan, o relatório elaborado na Comissão de Segurança da Câmara incluiu retrocessos como a redução, de 25 para 21 anos, da idade mínima para compra de arma de fogo. Outra mudança que ele considerou inadequada foi a redução dos valores da

taxa de expedição do porte de arma, de R\$ 1 mil para R\$ 650, e a de registro da arma, de R\$ 300 para R\$ 150.

Ainda de acordo com o senador, também é inoportuna a redução das exigências para quem quer comprar uma arma de fogo, "já que, na prática, anula a própria suspensão da venda". Para ele, essas propostas vão impor um retrocesso de pelo menos dez anos no controle das armas no país.

Renan alertou que uma das causas da criminalidade é o acesso fácil às armas por parte tanto do cidadão comum como do criminoso, aliada a outros problemas, como as desigualdades sociais. Neste momento, disse ele, a melhor forma de agir é se aliar à pressão da opinião pública, como a que tem sido feita pelo Movimento Viva Rio, que promove a caminhada "Brasil sem Armas" no próximo domingo.

## ▼ Texto aprovado no Senado prevê plebiscito

O projeto do Estatuto do Desarmamento foi aprovado por unanimidade no Senado depois que as duas Casas do Congresso Nacional criaram uma comissão mista especial para analisar os 77 projetos de lei em tramitação que tratavam do assunto. A idéia era que o estatuto também tivesse andamento rápido na Câmara, mas a votação das reformas tributária e da Previdência vem atrasando a discussão do projeto.

O estatuto aprovado pelos senadores estabelece restrições ao porte de armas, eleva as penas para o porte e posse ilegais e prevê a realização de

referendo popular em 2005 sobre o fim da venda de armas de fogo no país. Além disso, prevê a concessão de indenização pela União aos cidadãos que entregarem seus armamentos à Polícia Federal. O projeto é uma resposta do Legislativo a um dos graves problemas do país: o crescimento dos homicídios praticados com armas de fogo. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), os brasileiros correm quatro vezes mais risco de morrer por arma de fogo do que a média dos demais países. Em 2002, cerca de 40 mil pessoas foram vitimadas por armas.

## Sarney conversará com presidente da Câmara sobre projeto das armas

O presidente do Senado, José Sarney, informou ao Plenário que conversará com o presidente da Câmara, deputado João Paulo Cunha, para pedir sua interferência no cumprimento do que foi acertado entre as duas Casas a respeito do projeto de Estatuto do Desarmamento.

Sarney deu essa informação logo após o discurso em que o senador Renan Calheiros condenou alterações que estão sendo introduzidas pelos deputados no texto do estatuto.

– A votação do estatuto corre o risco de sofrer atrasos e o texto pode ser desfigurado por força do *lobby* da indústria de ar-



**CONSENSO** José Sarney lembra que comissão mista consolidou propostas sobre armas

mas – afirmou Renan.

José Sarney louvou a preocupação de Renan Calheiros com o destino do projeto, fazendo observações sobre o quanto esse assunto é relevante para o

país. Ele lembrou o trabalho da comissão mista que, em julho passado, consolidou todos os projetos concernentes a desarmamento em tramitação à época nas duas Casas do Legislativo.

– Essa decisão foi tomada e foi encontrado um consenso. Infelizmente, a matéria até agora não teve solução na Câmara dos Deputados. Vou procurar o presidente da Câmara, deputado João Paulo, para pedir sua interferência no sentido de que todas aquelas providências que foram acertadas entre a Câmara e o Senado sejam concretizadas – anunciou o presidente do Senado.



**DENÚNCIA** Capiberibe pede que Senado verifique informações sobre tratamento desumano

## Capiberibe quer ver situação de sem-terra presos

Motivado por denúncia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* de que os líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) José Rainha Júnior e Felinto Procópio dos Santos estão recebendo tratamento desumano na prisão, o senador João Capiberibe (PSB-AP) propôs a criação de uma comissão de senadores para verificar a informação.

João Capiberibe também defendeu uma visita à mulher de Rainha, Diolinda Alves de Souza, presa quarta-feira em sua casa, no município de Teodoro Sampaio (SP).



**DIFICULDADE** Mesquita Júnior fez duas tentativas de marcar audiência e não obteve sucesso

## Mesquita Júnior vai à tribuna pedir audiência

“Jamais imaginei vir à tribuna tratar de um assunto desse tipo: venho solicitar, pela terceira vez e formalmente, uma audiência com o advogado-geral da União, Álvaro Augusto Ribeiro da Costa”. O desabafo foi feito pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), cuja assessoria tentou por duas vezes agendar audiência com o advogado-geral, sem resultado.

Segundo o senador, a resposta foi a de que ele deveria fazer a solicitação por fax, informando as razões para a audiência.



Em sessão especial do Senado, parlamentares exaltam a luta do presidente do Chile em defesa da democracia. Destacam que a mensagem do socialista Salvador Allende continua presente e deve inspirar projetos como a união do continente e a promoção da justiça social entre seus povos

## Senadores homenageiam Salvador Allende

Há 30 anos, no dia 11 de setembro de 1973, o presidente chileno Salvador Allende morria no Palácio de La Moneda, em Santiago, vítima de golpe liderado pelo general Augusto Pinochet. A data foi lembrada ontem em sessão especial no Plenário, realizada a pedido do senador João Capiberibe (PSB-AP), que foi exilado político naquele país durante o governo socialista de Allende. O presidente tinha 65 anos e durante muito tempo houve dúvida sobre a causa de sua



morte: se teria ocorrido devido aos ataques ao palácio ou se havia se suicidado. Somente em 1990 é que a filha dele, Isabel, confirmou que Allende se suicidara dentro do palácio, pouco antes de esse cair nas mãos dos golpistas. Durante discurso na sede das Nações Unidas, Allende, já prevendo o golpe, anunciara que seu país estava sendo vítima de agressões e ingerências internacionais. Nos meses seguintes, teve início um processo de terrorismo no Chile.

### PEDRO SIMON



#### Luta deve inspirar união sul-americana

A luta do presidente Salvador Allende deve servir, na opinião do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para que os países latino-americanos, especialmente os da América do Sul, se unam na defesa de seus interesses comuns.

– Juntos avançaremos e não retornaremos ao caos. Do contrário, se cada um tentar negociar sozinho com os demais países, seremos presas fáceis. Vamos fazer uma América do Sul grande e extraordinária, que não seja quintal de ninguém, mas continue independente e justa.

Para Simon, é difícil encontrar alguém com o espírito de luta, a coragem e a história de Allende. “Ele teve o nome marcado na história: democraticamente a esquerda chegou ao poder, e pelas bombas foi apeada do governo.”

### EDUARDO SUPLYCY

#### Exemplo para defensores da liberdade

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que a luta de Salvador Allende não foi em vão, não só pelo exemplo que deixou para o povo chileno, mas também para todos os defensores da democracia.

Suplicy contou que “viveu intensamente os momentos relacionados com o golpe militar no Chile” e assinalou que a notícia da morte de Allende correu o mundo imediatamente, mesmo sem Internet e transmissões de televisão ao vivo.

A seu ver, a eleição de Lula guarda relação com o governo de Salvador Allende, porque ambos buscam liberdade, justiça social e democracia.

– Allende vive e viverá enquanto houver um homem que sonha com os mesmos ideais – disse Eduardo Suplicy, que encaminhou cumprimentos à filha e à viúva do ex-presidente.



### MERCADANTE



#### Referência para brasileiros durante ditadura

Para o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), os que conviveram com a época de Salvador Allende têm a responsabilidade “de defender mudanças capazes de implementar verdadeiras democracias” no continente.

Mercadante disse que tanto Allende, no Chile, quanto João Goulart (1964), no Brasil, tentaram implantar reformas de base relevantes para estabelecimento da democracia em seus países.

O parlamentar destacou ainda que, no governo de Salvador Allende, o Chile serviu de referência para os brasileiros e demais latino-americanos que sonhavam com a democracia

Mercadante também recordou, emocionado, os companheiros e conhecidos que sofreram agressões, torturas e as agruras do exílio.

### MESQUITA JÚNIOR

#### Ameaças à democracia ainda persistem

Na opinião do senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC), a maior homenagem que se pode prestar a Salvador Allende e ao povo chileno é não esquecer que ainda pairam sobre as nações que querem se desenvolver e promover a justiça social “as mesmas ameaças e tramas que resultaram na derrubada de um regime legalmente constituído”.

Mesquita Júnior advertiu para a existência de setores inconformados com os avanços sociais destinados a retirar da fome e da miséria milhões de pessoas e a fazer mudanças institucionais com o objetivo de promover a inclusão social.

– Ninguém se iluda. Não estamos livres do que ocorreu no Chile há 30 anos, porque sempre existirão movimentos contrários à emancipação social e econômica dos povos – alertou o parlamentar.



### ARTHUR VIRGÍLIO



#### Mensagem de Allende não envelheceu

Com a afirmação de que a mensagem de Salvador Allende não envelheceu, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), disse que não há mais clima para golpistas nas democracias latino-americanas.

Para o senador, mais importante do que se encontrarem equívocos nos fatos que culminaram nas quedas dos governos de Jango e de Allende é reconhecer que havia forças imperialistas com interesses no Brasil e no Chile, cujas democracias eram frágeis.

Virgílio citou o comunista italiano Enrico Berlinguer, para quem, à época, não adiantava ter maioria para governar, mas era preciso maioria ampla. No Chile de Allende, bastava que três ou quatro parlamentares vijassem para que o governo perdesse a maioria, completou.

### ROMEU TUMA

#### Testemunho dos que buscaram exílio no Chile

Ao encerrar a sessão em homenagem a Salvador Allende, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), na presidência dos trabalhos do Plenário, reconheceu a importância da iniciativa do senador João Capiberibe (PSB-AP), autor do requerimento para a realização da solenidade.

De acordo com Tuma, a história só pode ser contada a seu tempo por aqueles que a viveram, referindo-se não só a Capiberibe, mas também a todos os exilados políticos brasileiros que viveram no Chile na época de Allende.

Tuma registrou a presença de embaixadores, entre eles o do Chile, Osvaldo Puccio, que ao final da sessão foi cumprimentá-lo. Puccio disse que o governo chileno realizaria, ontem, um ato no La Moneda para reverenciar a memória de Allende.



Waldemir Rodrigues

Roosevelt Pinheiro

Roosevelt Pinheiro

Waldemir Rodrigues

Waldemir Rodrigues

Roosevelt Pinheiro



CAPIBERIBE

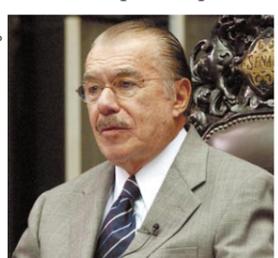
JOSÉ SARNEY

## Violência não pode ser aceita como solução

O presidente do Senado, José Sarney, lembrou ontem que o assalto ao Palácio de La Moneda, há 30 anos, e o atentado às torres gêmeas em Nova York, ambos no dia 11 de setembro, ficam na História como provas de que soluções de violência não podem ser aceitas. "O crime coletivo tem dimensões apocalípticas", ressaltou. Sarney reafirmou a sua crença na democracia, no diálogo, no entendimento e na política.

Ao abrir a sessão, Sarney afirmou que a morte de Allende foi uma tragédia anunciada. Lembrou que o Chile tinha uma tradição democrática importante para a América Latina e tentava realizar uma solução de socialismo dentro da democracia. "Hoje, todos sabemos, diante de todos os documentos que foram liberados, o tamanho da ingerência nos assuntos chilenos", salientou.

Segundo Sarney, não se pode ignorar que a obra de formação social e econômica desde os séculos 19 e 20 até os governos de Eduardo Frei e de Allende está nos fundamentos do Chile de hoje. Poucos anos depois da queda de Allende, Sarney recebeu no Senado, junto com o então senador Franco Montoro, o presidente Eduardo Frei. O senador disse que não esquece uma frase que Frei proferiu naquele encontro: "Evitem qualquer confrontação, só sabe o que é liberdade quem a perde".



## EUA financiaram golpes militares no continente

Autor do requerimento para a sessão em homenagem a Allende, o senador João Capiberibe (PSB-AP) destacou "a ingerência norte-americana nas rupturas institucionais que ocorreram nos países latino-americanos após os anos 60 e, em especial, na transformação do regime democrático chileno na ditadura militar de Pinochet".

Capiberibe, que se exilou no Chile durante o período Allende, traçou uma retrospectiva histórica da atuação dos Estados Unidos nos episódios que culminaram com o fim da democracia chilena. No seu livro *Os dois últimos anos de Salvador Allende*, o embaixador americano em Santiago Nathaniel Davis revela que o então secretário de Estado Henry Kissinger considerava o presidente chileno uma ameaça mais danosa para a hegemonia americana do que Fidel Castro.

- Sabia que o novo regime poderia se converter em um exemplo emblemático de transformações sociais para o nosso continente dentro dos marcos de uma democracia representativa - contou Capiberibe. Ele ressaltou os US\$ 425 mil gastos pela Agência Central de Inteligência (CIA) para desestabilizar o regime chileno e a oferta do então presidente Richard Nixon de US\$ 10 milhões para desalojá-lo do poder.



PANORAMA Diplomata Souza-Gomes (E) analisou as relações brasileiras com a Venezuela e estimou que comércio bilateral deve crescer nos próximos anos

# Comissão aprova indicados para duas embaixadas

■ Votação unânime para candidatos a embaixadores na Venezuela e na Dinamarca

Por unanimidade, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem as indicações, pelo presidente da República, dos diplomatas João Carlos de Souza-Gomes e Marco César Meira Naslausky para os cargos de embaixadores na Venezuela e na Dinamarca, respectivamente. Os pareceres favoráveis à aprovação, dos senadores Tião Viana (PT-AC) e Marco Maciel (PFL-PE), se-

guem para votação secreta em Plenário.

Souza-Gomes descreveu o difícil momento político vivido pelo governo Hugo Chávez e informou que a Venezuela tem grande potencial comercial com o Brasil. Porém, por conta da crise do ano passado, o Brasil exportou US\$ 900 milhões e importou US\$ 600 milhões do país, volume 25% inferior a 2001.

Tião Viana lembrou a prioridade dada pelo governo à Amazônia e à integração dos países da América do Sul. O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) pediu empenho para acelerar a integração da Venezuela com o Mercosul, "para que os países não fiquem mais

de costas um para o outro".

O embaixador Marco César Naslausky falou sobre a posição da Dinamarca como membro da União Européia e segunda maior renda *per capita* do continente. O potencial comercial da Dinamarca é grande, por ser altamente industrializada, mas os subsídios agrícolas reduzem as chances de exportações brasileiras.

Os senadores Marco Maciel, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), Marcelo Crivella (PL-RJ), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Augusto Botelho (PDT-RR) também participaram da sabatina aos embaixadores.



## Sarney recebe empresário italiano e diplomata

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o empresário italiano Marco Tronchetti Provera (na foto, à esquerda), presidente da

Pirelli e da Telecom Itália, acompanhado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). Também ontem Sarney concedeu audiência ao embaixador do Uruguai no Brasil, Juan José Real.

## Costa apóia Lula sobre protecionismo

Ao registrar o início da reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em Cancún (México), o senador Hélio Costa (PMDB-MG) destacou a posição manifestada pelo presidente Lula na defesa dos interesses do Brasil, especialmente do setor agrícola. Ele elogiou a declaração do presidente de só aceitar avanços nas demais áreas se houver conquistas significativas na negociação agrícola.

Na avaliação do senador por Minas Gerais, o avanço das negociações sobre o setor agrícola já pode ser constatado a partir da decisão da OMC de incluir na discussão o acesso a mercados, os subsídios à exportação e os mecanismos de apoio interno. Ele lembrou que esses três pontos são considerados fundamentais pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Costa lamentou que a Comissão de Agricultura da União Européia já tenha adiantado que os europeus pretendem lutar para manter tanto os subsídios quanto uma política agrícola em bloco. Em compensação, informou, a própria imprensa americana já começa a defender abertamente a posição brasileira.

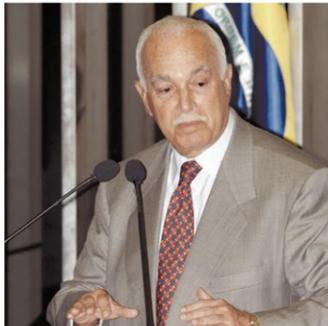
Os subsídios que os mais desenvolvidos dão ao seu setor agrícola, comentou Hélio Costa, bloqueiam as exportações brasileiras para aqueles países, provocando um prejuízo anual de US\$ 8 bilhões. Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) citou o caso da carne bovina brasileira, que custa a metade do preço da australiana, europeia, americana e japonesa, mas que, devido às barreiras fitossanitárias, não pode ser exportada para os EUA.



Costa já vê avanços nas negociações

## REFORMAS

Proposta de reforma tributária sofre em Plenário duras críticas dos senadores Antonio Carlos Magalhães, José Agripino e Tasso Jereissati. Marcelo Crivella pede compreensão para os problemas do estado do Rio



**PREJUÍZO** Antonio Carlos Magalhães aponta "amargas perdas" para a Bahia

## ACM condena a proposta do governo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem que a reforma tributária, nos moldes em que está sendo votada na Câmara, "é um verdadeiro crime" contra os estados das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste. Ele conclamou os senadores dessas regiões a se unirem "para realizar a reforma que o Brasil precisa".

O senador disse que, caso as atuais alíquotas interestaduais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não sejam mantidas por pelo menos oito anos, "a Bahia vai amargar perdas de R\$ 800 milhões". Lembrou que os estados terão de ressarcir as empresas que neles se instalaram atraídas por incentivos fiscais.

Antonio Carlos observou que, mais uma vez, o estado de São Paulo conseguiu os benefícios que queria, em detrimento do resto do país.

O senador questionou a inclusão de parte do estado do Rio de Janeiro na área de concessão de benefícios da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Agora, afirmou, os bairros cariocas de Copacabana, Ipanema e Leblon poderão ter incentivos fiscais da Sudene.

Em apartes, endossaram as críticas de Antonio Carlos os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Agripino (PFL-RN), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), Fernando Bezerra (PTB-RN) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Já Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse haver cidades no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, tão pobres quanto no Nordeste.

# Jereissati: ricos ganham, pobres perdem recursos

■ Senador conclama colegas a rejeitem o projeto de reforma tributária que tramita no Congresso

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) conclamou os senadores a rejeitem o projeto de reforma tributária em tramitação no Congresso, por entender que os estados mais ricos estariam ganhando receita, em detrimento dos estados mais pobres, que estariam perdendo recursos. Para ele, é indispensável reverter o quadro de maior empobrecimento dos estados de menor renda.

– Essa situação é triste. Nós, os estados mais pobres, sempre conseguimos ganhar alguma coisinha nas mudanças constitucionais, embora nunca o que desejaríamos receber. Mas perder receita, isso é inédito – observou.

Segundo Jereissati, incluir o



**DESIGUALDADE** Jereissati acusa governo do PT de promover concentração de riquezas

estado do Rio de Janeiro no Fundo de Compensação Regional, destinado a socorrer os estados de menor renda na Federação, é um escárnio que só pode ser explicado pela barganha eleitoral.

– Trata-se de fisiologismo explícito: o governo concede vantagens ao estado governado por Rosinha Matheus, que recentemente entrou no PMDB, em troca de apoio parlamentar do partido – apontou.

## Crivella pede solidariedade aos pleitos do Rio de Janeiro

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) fez um apelo aos senadores para que o Rio de Janeiro possa receber algumas compensações fiscais no projeto de reforma tributária em tramitação no Congresso, em especial a inclusão do estado no Fundo de Compensações Regionais, que foi muito criticada por alguns senadores do Norte e Nordeste.

– Fazemos justiça ao Rio de Janeiro – pediu.

Segundo ele, o estado é o mais injustiçado da Federação, porque recebe da União muito menos do que arrecada – cerca de 5%. Todos os demais estados recebem percentagens maiores, como é o caso de São Paulo, que recebe 10%, comparou.

Em função dessa injustiça fiscal, o Rio tem mais de mil comunidades carentes e milhares de jovens envolvidos com o tráfico de drogas para sobreviver, porque não existem empregos,



**DEFESA** Marcelo Crivella afirma que Rio é o estado mais injustiçado da Federação

afirmou o senador.

Crivella lembrou, por exemplo, o episódio em que 100 mil pessoas se apresentaram para preencher poucas centenas de vagas para a função de gari.

O senador assinalou que, em discurso ontem, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) havia ironizado a inclusão do Rio no Fundo de Compensações Regionais, dizendo "não ser possível aceitar que Copacabana e Ipanema façam parte

Para o senador pelo Ceará, o projeto de reforma tributária é perverso, porque concentra renda nas regiões mais ricas, em especial no estado de São Paulo, em vez de promover melhor distribuição de renda e favorecer regiões mais carentes como o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste.

De acordo com Jereissati, foi inesperado que uma política concentradora de riquezas visse de um governo do PT, que sempre pregou exatamente o oposto – a distribuição de renda para favorecer as regiões mais pobres do país e as camadas mais desprotegidas da população.

Jereissati conclamou os líderes da base governista que são do Norte ou Nordeste, como Renan Calheiros (PMDB-AL), Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) e Fernando Bezerra (PTB-RN), a debater com os integrantes do núcleo paulista do governo e defender seus interesses regionais.



**CRÍTICA** Agripino considera que proposta só resolve o problema de caixa da União

## Para Agripino, municípios não foram ouvidos

A retirada de recursos de estados mais pobres em benefício dos mais ricos, operação que teria sido promovida pela União na proposta de reforma tributária foi alvo de protestos do líder do PFL no Senado, José Agripino (RN). Ele acusou o Executivo de estimular e se aproveitar da "cizânia" que se estabeleceu entre os estados na negociação da partilha da receita tributária para tentar aprovar, na Câmara, uma proposta que só resolve o problema de caixa da União.

Durante a discussão da matéria na Câmara, Agripino observou que, ao contrário das reivindicações dos partidos aliados e dos estados, os pleitos da sociedade e dos municípios praticamente não foram ouvidos. Ao tratar especificamente dos estados, lembrou a "unidade de pensamento" acerca da partilha dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF); da reciprocidade no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e do aumento de R\$ 8,5 bilhões no fundo de compensação com a desoneração das exportações.

– Os estados obtiveram conquistas que não chegaram aos municípios – comentou, assinalando que a "cizânia" ocorreu quando se iniciou a discussão da mudança da cobrança interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da origem para o destino.

Essa desunião teria sido instigada pelo Executivo, conforme Agripino.

da Sudene".

Para Crivella, Antonio Carlos estava equivocado em sua crítica, uma vez que o Rio é um estado muito pobre e enfrenta uma situação calamitosa de desemprego. Antonio Carlos, que entrava naquele momento no Plenário, perguntou a Crivella se o atual governo fluminense era eficiente.

– E o governo anterior, foi bom? E o governo anterior a esse, foi eficiente? – indagou Crivella em resposta.

Antonio Carlos ponderou que o senador tinha de reconhecer que, nos últimos tempos, o estado havia tido governos bem ineficientes.

Crivella pediu, mais uma vez, justiça para seu estado e a solidariedade dos senadores.

Em aparte, Duciomar Costa (PTB-PA) negou que o estado mais discriminado em termos fiscais na Federação seja o Rio. "É o Pará", garantiu.

## REFORMAS

Líder do governo argumenta que não é tirando dinheiro da União que se resolverá crise financeira dos entes federativos, enquanto Ideli Salvatti afirma que PFL atribui a Lula medidas adotadas no governo passado

## Todos precisam ceder, adverte Mercadante

■ Radicalização dos estados e prefeituras na reforma tributária não levará a lugar algum, diz senador

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), advertiu ontem que a radicalização dos estados e prefeituras na reforma tributária “não vai levar a lugar algum” e põe a própria reforma em risco. Ele disse que a hora “é de racionalidade, de olhar o horizonte histórico e de grandeza de objetivos”.

– A margem de manobra para a reforma tributária é pequena, em função da crise fiscal do Estado brasileiro, em todos os níveis. E não dá mais para aumentar a carga tributária, como fez o governo passado. Não se resolve crise fiscal tirando dinheiro da União. Todos vão ter que ceder.

Segundo Mercadante, a car-



**SOLUÇÃO** Mercadante afirma que a saída está no equilíbrio sustentável das finanças

ga tributária foi elevada em 30% no governo anterior por causa do alto endividamento da União e dos estados.

– O debate agora é como sair dessa situação da melhor forma possível. Se não é possível reduzir a carga fiscal, então temos de criar condições macroeconômicas que permitam, no tempo, a redução do peso tributário. Neste momento, o que podemos fazer é racionalizar, simplificar, desburocratizar,

estimular alguns setores, como o exportador, e reduzir os impostos sobre a cesta básica.

Mercadante lamentou que estejam em luta na reforma estado contra estado, bancada contra bancada, região contra região.

– O senador Tasso Jereissati diz que é inaceitável o Rio de Janeiro no Fundo de Desenvolvimento Regional. O senador Arthur Virgílio diz que será o guerrilheiro do Amazonas no Plenário. Ele tem razão, pois seu estado pode perder 90% da arrecadação. No entanto, Virgílio condena o governo na votação da Câmara, mas não diz que a emenda votada ontem foi proposta pela bancada do seu partido, o PSDB.

Aloizio Mercadante alertou que, “se não houver equilíbrio sustentável nas finanças públicas, os juros vão subir, não vai ter crescimento, não vai ter produção e cairá a receita para todos os estados e municípios”.

## Ideli refuta acusações da oposição de que governo eleva carga tributária

Ao rebater artigos publicados na imprensa por parlamentares do Partido da Frente Liberal que acusam o governo de fazer “a farra das contribuições” e de aumentar a carga tributária, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou que o PFL está atribuindo ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva medidas aprovadas em governos que contaram com a participação do partido.

– Chegou a hora de acabar com a farsa de certas falácias – disse a senadora.

Ideli referiu-se especificamente aos artigos do deputado José Carlos Aleluia (BA), líder do partido na Câmara, publicado no jornal *Folha de S. Paulo* sob o título “A farra das contribuições”, e do presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), também na *Folha*, com o título “Quem puxa a corda da forca?”.

A senadora assinalou que



**PENITÊNCIA** Para Ideli Salvatti, integrantes do PFL deveriam dizer “eu, pecador, me confesso”

Aleluia afirma em seu artigo que o governo vem “driblando a queda de arrecadação dos impostos com a criação das chamadas contribuições sociais – megaimpostos maquiados por siglas como a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Cide, contribuição cobrada no consumo de combustíveis”.

Ideli Salvatti lembrou que a

Cofins foi instituída em 1991; a CPMF, em 1996; e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), em 2000. Ela disse que “só dá para admitir esses erros de informação se o parlamentar estiver “sofrendo de amnésia”.

– De repente, o PFL passou a se apresentar como defensor da classe média. Por que então o PFL não defende itens da proposta de reforma tributária como a redução de tributos sobre produtos de alimentação e farmacêuticos, que mais penalizam a população? – indagou.

Para a senadora, em vez de falar sobre o Dia da Força, o PFL deveria dizer “eu, pecador, me confesso”.

Na opinião de Ideli, o acordo feito pelo governo na Câmara dando aos municípios 6,25% do total da Cide destinada aos estados, foi uma medida justa, embora os governadores não tenham gostado da proposta.

## Votação sobre ano da mulher fica prejudicada

A votação do projeto de lei que define 2004 como Ano da Mulher serviu de pretexto para discussão sobre a reforma tributária. Ao ver que não havia, em Plenário, 41 senadores (número indispensável para aprovar qualquer matéria), o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), pediu verificação de quórum e, com a obstrução dos partidos oposicionistas, fez cair a sessão para votações.

Ele fez questão de dizer que sua obstrução não se referia ao projeto distinguindo as mulheres.

– Ao contrário, quero homenagear as mulheres do Norte, Nordeste e Centro-Oeste, protestando contra a reforma tributária, em que também as mulheres estão perdendo, pois suas verbas estão sendo tucadas pelos estados ricos da Federação – disse.

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), concordou com Arthur Virgílio, dizendo que a ampla discussão sobre a “injusta” reforma tributária representa a melhor maneira de homenagear as mulheres.

Os senadores Leonel Pavan (PSDB-SC) e Pedro Simon (PMDB-RS) lamentaram que o debate sobre a reforma tributária tenha impedido a aprovação do projeto prestigiando as mulheres (PLS nº 43/2003).

O líder do governo no Senado,

Aloizio Mercadante (PT-SP), considerou prematura a discussão da reforma tributária, alegando que a proposta nem sequer terminou sua tramitação na Câmara, podendo, ainda, sofrer modificações.

Para o senador Mão Santa (PMDB-PI), escolher 2004 como Ano da Mulher não é homenagem suficiente. Ele propôs que o terceiro milênio inteiro seja consagrado à mulher. A votação do projeto de lei foi adiada para a próxima sessão deliberativa, na terça-feira.

### Condições desiguais

Durante a discussão do projeto, as senadoras Serys Slhessarenko (PT-MT) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) consideraram oportuno dedicar 2004 à mulher, porque servirá para fomentar amplo debate sobre a situação efetiva das mulheres no país, ainda sujeitas a condições desiguais de vida e trabalho, apesar da igualdade já consagrada em lei.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) lembrou que haverá, em 2005, uma conferência mundial sobre a mulher, como vem ocorrendo, a cada dez anos, desde 1975. Assim, durante 2004, haverá oportunidade para que haja um levantamento sobre a real situação das brasileiras nos diferentes campos de atividade, bem como a avaliação de leis e de políticas públicas direcionadas às mulheres.

## Lúcia Vânia reivindica debate sobre mudanças na Previdência

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) fez um relato da audiência promovida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC nº 67/2003) que altera o regime da previdência pública e privada no país. No seu ponto de vista, tratou-se de “um debate rico que deu ao ministro Ricardo Berzoini (Previdência) e aos representantes do Ministério Público e de entidades de servidores a oportunidade de apresentar argumentos e esclarecer dúvidas dos senadores”.

Lúcia Vânia disse ter participado do debate na condição de presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a convite do presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA). Na ocasião, não conseguiu deixar de manifestar, em nome dos integran-



**PROTESTO** Reforma deveria ser analisada em outras comissões além da CCJ, cobra Lúcia Vânia

tes do colegiado que preside, o constrangimento pela exclusão das demais comissões permanentes da análise da matéria.

Por dispor sobre tema “que afeta a vida das atuais e futuras gerações”, a reforma não poderia, no entendimento de Lúcia Vânia, ser analisada apenas na perspectiva do equilíbrio das contas públicas.

## REFORMAS

Novos debates entre ministro da Previdência e sindicalistas ocorrem na próxima semana

# Tião Viana apresenta relatório na quarta-feira

Senador do PT analisa 234 emendas dos senadores à reforma da Previdência que veio da Câmara

O senador Tião Viana (PT-AC), relator da reforma da Previdência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), informou que pretende apresentar seu parecer à PEC nº 67/2003 na próxima quarta-feira, às 10h. Junto com assessores, Tião Viana vem examinando uma a uma as 234 emendas já apresentadas pelos senadores ao projeto aprovado pelos deputados.

Antes do parecer, a CCJ ainda ouvirá, segunda e terça-feira, em audiência pública, outros sindicalistas e o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini. O primeiro debate com sindicalistas e o ministro, realizado quarta-feira passada, durou quase nove horas, tendo terminado à 1h da madrugada de ontem.



**SUBTETOS** Viana admite ter ouvido "argumentos favoráveis" à mudança no sistema aprovado

Apesar de já ter manifestado sua convicção de que o projeto aprovado pelos deputados "é o melhor para o país", Tião Viana admitiu que tem recebido "muitos argumentos favoráveis" à mudança no sistema de subtetos salariais aprovados pela Câmara. Os deputados votaram três subtetos de salários e aposentadorias para os estados – um para cada Poder. O senador acredita ser difícil instituir apenas um subteto válido para todos os estados, pois cada unidade federativa tem

situação econômica diferente.

O PFL apresentou emenda criando o subteto único para os estados, que seria de 90,25% do salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Na prática, isso significa que o subteto estadual ficaria em torno de R\$ 15.600.

Assim que Tião Viana apresentar seu parecer, o presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), poderá conceder um prazo para que os senadores examinem o relatório. Lobão quer terminar a votação da reforma na CCJ até o final deste mês, remetendo a proposta de mudança constitucional ao exame do Plenário – onde ela terá de passar por dois turnos de votação.

Teto

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o governo federal só poderia aceitar "alguma mudança" nos três subtetos salariais nos estados, como prevê a reforma da Previdência aprovada pelos deputados, "se os governadores concordarem".



**ENCONTRO** Mestrinho (C) informa aos líderes partidários que Orçamento e PPA serão votados na primeira semana de dezembro

## Reunião de líderes define votação do Orçamento

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), reuniu-se ontem com os líderes partidários do Senado e da Câmara que participam do colegiado. Na reunião, acertaram o calendário e as normas para a votação da proposta de Orçamento da União para 2004 e do Plano Plurianual de Investimentos (PPA) para o período de 2004 a 2007, que estão tramitando na comissão.

Mestrinho informou que os líderes decidiram alterar o conteúdo dessas matérias. Uma

das alterações, destacada como a mais importante pelo senador, é que os projetos com valores inferiores a R\$ 10 milhões para obras públicas e planos de investimento contidos no projeto de PPA passarão para a proposta de Orçamento anual.

A votação do Orçamento e do PPA na comissão, segundo Mestrinho, deverá ser feita na primeira semana de dezembro. O PPA será votado primeiro e, depois de quatro ou cinco dias, os parlamentares votarão a proposta orçamentária para 2004.

## Alvaro pede cautela nas declarações do governo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu "equilíbrio e cautela" nas declarações de integrantes do governo federal. Ele citou o coordenador do programa Fome Zero, Frei Betto, que apoiou a tese de que "os mais pobres são detentores do direito de ocupar grandes latifúndios".

Para Alvaro, esse direito existe "desde que a ordem estabelecida ofereça os meios de ocupação de áreas de terras devolutas e dos grandes latifúndios". Lembrou que a Constituição traz os

critérios para desapropriação, por interesse social, do imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

– É recomendável cautela e comedimento nas afirmações, sob pena de caracterizar uma postura de incontinência verbal – alertou o senador.



**Alvaro citou** declarações de Frei Betto

## Subcomissão Fome Zero vai elaborar plano de trabalho

Os integrantes da Subcomissão Fome Zero, da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), encarregaram a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) de elaborar um cronograma de trabalho para o colegiado, que será analisado em uma próxima reunião, ainda a ser marcada.

Além de Lúcia Vânia, participaram da reunião os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA), presidente; Eduardo Suplicy (PT-SP), vice; Romero Jucá (PMDB-RR), relator; e Ney Suassuna (PMDB-PB).

## Virgílio anuncia que PSDB, PFL e PDT pretendem dificultar a tramitação

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), comunicou que sua bancada está unida à do PFL e à do PDT no propósito de criar obstáculos à tramitação da proposta de reforma da Previdência Social. A decisão seria uma resposta a mudanças introduzidas pelo governo na proposta de emenda à Constituição (PEC nº 41/2003) relativa a alterações no sistema tributário nacional, que retirariam recursos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

– Seja qual for o interesse em jogo de governadores ou prefeitos, vamos tentar preservá-lo dentro da reforma tributária – anunciou.

A respeito de perdas de arrecadação impostas às regiões



**RAZÕES** Virgílio diz que decisão é represália por mudanças na reforma tributária

menos desenvolvidas pela reforma tributária, Arthur Virgílio citou a situação do estado do Amazonas, com economia baseada na Zona Franca de Manaus, onde o governo "dá com uma mão", ao admitir a prorrogação dos incentivos, "e tira com a outra", quando defi-

ne o prazo de alteração da cobrança interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da origem para o destino.

O líder tucano no Senado afirmou que, enquanto não se tem garantia de que a periferia do país não irá amargar retração na arrecadação tributária, "cessa" o compromisso de liberar a tramitação e votação da reforma previdenciária no Senado.

– A menos que se reponha a justiça em relação aos estados mais pobres da Federação, duvido que algum senador do PSDB, do PFL, do PDT ou da bancada do Norte, Nordeste e Centro-Oeste deixe de olhar pelos interesses do povo que o elegeu – advertiu.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores José Sarney, Romeu Tuma, Geraldo Mesquita Júnior e Augusto Botelho